

# Painel I: "Construção da Nação Independente e desafios geopolíticos"

## Palavras de Abertura

### Opening Words

#### Coronel R1 Enio Moreira Azzi\* (Moderador da Mesa 1)

\*Oficial de Infantaria da Reserva remunerada do Exército Brasileiro, Bacharel em Ciências Militares (AMAN, 1983), Doutor em Ciências Militares (ECEME, 1998), Graduado em História pela UFMG (2021). Pós-graduado em Gerência Executiva de Logística e Transporte (Universidade de MIAMI-EUA, 2006).



#### Palavras-chave:

Independência; Exército; Construção Nacional.

#### Keywords:

Independence; Army; Nation Building.

Destaco a iniciativa do Estado-Maior do Exército – órgão que estabelece as diretrizes gerais para os macrossistemas do Exército, formula seu planejamento estratégico e pensa o futuro da Força Terrestre – em promover um evento de celebração do Bicentenário da Independência, a partir do resgate da memória nacional, evidenciando a participação do Exército em sua história, o que nos permite identificar muito bem quem somos e de onde viemos, condição necessária para podermos pensar o futuro. Esse resgate da história age como mediador da memória compartilhada pela sociedade, dando sentido à nossa existência, estendendo-se nas dimensões do passado e do futuro, da memória e da expectativa do porvir.

Outro aspecto a sublinhar é a participação do Exército em todo o processo de construção da nação, desde a sua emancipação, como fiador a Proclamação da Independência; na Tríplice Aliança, preservando a integridade do nosso território; na transição da Monarquia para a República; na luta mundial contra os regimes totalitários; até a garantia do regime democrático no País. Nesse sentido, é oportuno contextualizar a ação determinante do Exército no movimento de Independência.

O Brasil já havia sido elevado à condição de Reino Unido de Portugal desde 1815, quando, após a Revolução do Porto de 1820, em meio a uma crise de autoridade, as Cortes Constitucionais Lusitanas assumiram o protagonismo político, impondo medidas que representavam um retrocesso para os que aqui viviam (“brasileiros”), tornando inconciliável a manutenção dos laços que uniam o Brasil a Portugal. Embora o Brasil já tivesse adquirido um grau de autonomia que era irreversível, até então, não havia projeto de emancipação e a independência política era uma aspiração de poucos. Porém, a reação em relação à postura inaceitável das Cortes portuguesas transformou-se em movimento, que, reunido em torno do Príncipe Regente, conduziu-nos à separação da Metrópole Lusitana e ao início da construção de uma nova nação. Isso foi fundamental, pois nada mais importante para um povo que conquistar a sua emancipação e a sua autodeterminação para poder exercer a soberania plenamente. Conquista essa que se iniciou nos Guararapes, passou pela Proclamação da Independência, consolidou-se no Império e continua sendo construída e aperfeiçoada na República.

Quanto à participação do Exército nesse processo, o historiador britânico John Keegan foi enfático ao afirmar que “por milênios, a guerra precede o Estado, a diplomacia e a estratégia”. E não foi diferente no Brasil, uma vez que o Estado em que vivemos nasceu das lutas pela Independência, garantindo a emancipação anunciada no simbólico Grito do Ipiranga e possibilitando a criação de uma ordem jurídica nacional, o reconhecimento das outras nações e a posterior construção social e institucional do país, que foi atrelando à nova nação um sentimento partilhado de nacionalismo e pertencimento. Feita a Proclamação da Independência por D. Pedro, foi necessário reunir forças

militares compostas por gente de toda classe, gênero, condição e cor para expulsar as tropas portuguesas estacionadas no Norte, no Nordeste e no Sul do país, como aconteceu na Bahia, onde 10 mil pessoas constituíram o Exército Pacificador ou Libertador, dentre elas Lima e Silva, Labatut e Maria Quitéria.

Importante destacar que alguns historiadores identificam, durante a guerra de independência, a ocorrência de uma ruptura identitária do país. Até então, todos se reconheciam como portugueses. Assim, partindo desse pressuposto, uma guerra que começou entre “portugueses europeus” e “portugueses americanos”, em dado momento, transformou-se em um confronto entre brasileiros e portugueses. Ou seja, foi a partir daquela circunstância que as pessoas passaram a se reconhecer e a se designar como brasileiros e brasileiras.

Além disso, com a participação do Exército e de algumas outras instituições, foi possível construir uma unidade nacional, uma vez que, como disse Sérgio Buarque de Holanda, “no Brasil, unidade e independência não nasceram juntas e por muito tempo não caminharam de mãos dadas”. Isso porque, no período que antecedeu a Independência, o Brasil era um conjunto de regiões muito diferentes, desatadas e de certa forma isoladas, apesar do centro comum instalado no Rio de Janeiro, particularmente, a partir de 1808. Foi preciso costurar as regiões do País de Norte a Sul, para se obter a unidade, que só vai se consolidar em meados do século XIX.

Dessa forma, a força política, tendo a frente D. Pedro, José Bonifácio e a Imperatriz Leopoldina, conduziu a declaração de Independência, sustentada pela atuação do Exército, que tem sido, em última instância, uma instituição-chave durante a trajetória da construção nacional. Ao retornar de São Paulo, após proclamar a Independência, D. Pedro tinha vários desafios a vencer e três tarefas fundamentais a realizar: expulsar as tropas portuguesas do Brasil, o que foi feito pelo Exército e pela Marinha; organizar o País juridicamente e institucionalmente, o que foi feito a partir da Constituição outorgada em 1824; e obter o reconhecimento internacional do Brasil, o que foi feito pela via diplomática.

Curiosamente, encontramos registros sobre o período posterior à Declaração da Independência, segundo os quais a Imprensa e a Corte portuguesa percebiam o Brasil como um lugar imaturo, incompleto e inviável, principalmente pela sua diversidade, e que, por isso, a Independência seria um desafio insuperável e, portanto, o BRASIL não daria certo. Porém, foi justamente na diversidade que o brasileiro encontrou sua força e identidade para superar desafios passados e enfrentar os desafios presentes.

Interessante o Brasil comemorar a independência em um cenário mundial de retorno aos conflitos por conquista territorial de Estados soberanos, como a guerra que está em curso na Europa. Mudanças geopolíticas relembram a importância de se manter Forças Armadas com capacidade de dissuasão e de reação a possíveis agressões. A herança territorial portuguesa e o imperativo geográfico, pensados geopoliticamente, evidenciam a importância da preservação das fronteiras e a interação com nosso entorno estratégico. Nessa perspectiva, a responsabilidade pela preservação da integridade do nosso extenso território recai sobre o Exército, enquanto força armada, particularmente, em uma época em que as capacidades militares são diretamente impactadas por tecnologias avançadas de armas e sensores, muitas delas disruptivas. A guerra atual exige capacidade estratégica para atuar no multidomínio, a partir da interiorização de novos conceitos como os de “antiacesso e negação de área”, o que se constitui em um grande desafio.

Embora a abordagem dessa efeméride seja basicamente histórica, complementada por um viés geopolítico, não se pretende aqui realizar um debate historiográfico sobre o tema. Tomando a perspectiva do historiador francês Marc Bloch, este painel se propõe a apresentar não apenas o acontecimento da Independência, mas o momento histórico que transcende a data do Sete de Setembro, possibilitando-nos tomar consciência de sua longa duração no tempo, uma vez que só assim poderemos compreender os fenômenos político-sociais de nossa história e reconhecer suas ligações com o presente.

.....